ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR NO SÉCULO XXI, EM UMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS À LUZ DA NEUROPSICOPEDAGOGIA

RICARDO CORREIA LOUREIRO

A pesquisa de conclusão de curso orbita a temática da Inclusão Educacional de estudantes com alguma deficiência - Atendimento Escolar Especializado (AEE). É foco pensar os processos educacionais em Direitos humanos, no que agrega a inclusão, e no que diz respeito ao trabalho dos gestores escolares, e aos desafios impostos para o século XXI, se destaca neste espectro de estudo e atuação. A proposta inclusiva não é inovadora, muito diferente, é uma ruptura: a educação universal, diante do criar uma sociedade de inclusão, voltada aos processos educacionais em Direitos Humanos (EDH). É um desafio e que evoluirá para a sua realização, uma vez que é pensamento em ações de produção, unificadoras, morais/éticas, respeitosas e colaborativas. Por essa razão, o trabalho educacional especial ganha nova modelagem transcendente à Lei de Diretrizes e Bases, que abarca a modalidade. Trabalhar na escola numa perspectiva inclusiva e de Educação em Direitos Humanos não é e não pode ser uma dificuldade aos gestores, e sim um grande desafio, na troca de saberes estudantis, que contraponha modos diferentes do pensar, que encontre métodos alternativos e reconheça na diferença uma nova forma de ensinar e aprender. Uma escola inteira e não pela metade, levando respeito e dignidade a todos.

Palavras chave: AEE, Educação, Inclusão, Gestores.

SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE (SES) ISSUES OF SCHOOL INCLUSION IN THE 21ST CENTURY AND THE EDUCATIONAL PERSPECTIVE ON HUMAN RIGHTS IN THE LIGHT OF NEUROPSYCHOPEDAGOGY

The course conclusion research orbits the theme of Educational Inclusion of students with disabilities - Specialized School Care (ESA). It is a focus to think about the educational processes in human rights, in what adds inclusion, and with regard to the work of school managers, and the challenges imposed for the 21st century, stands out in this spectrum of study and action. The inclusive proposal is not innovative, very different, it is a rupture: universal education, in the face of creating a society of inclusion, focused on educational processes in Human Rights (EHO). It is a challenge and will evolve to its realization, since it is thought in production actions, unifying, moral/ethical, respectful and collaborative. For this reason, special educational work gains new modeling transcendent to the Law of Guidelines and Bases, which encompasses the modality. Working at school in an inclusive perspective and Human Rights Education is not and cannot be a difficulty for managers, but a great challenge, in the exchange of student knowledge, which opposes different ways of thinking, that finds alternative methods and recognizes in difference a new way of teaching and learning. An entire school, not half, bringing respect and dignity to everyone.

Keywords: SES, Education, Inclusion, Managers.

A INCLUSÃO NO IMAGINÁRIO POPULAR

É senso comum que a escola, considerada em seus moldes atuais, tem demonstrado grande interesse em fazer cumprir a lei no que tange à inclusão educacional, muito embora, nem sempre com evidente sucesso.

Essa preocupação tem se mostrado constante em variados momentos no ambiente escolar. Encontros, jornadas pedagógicas ou simplesmente em momentos de troca de informações, experiências vividas e até mesmo o partilhar de dúvidas entre os colegas são algumas das inúmeras formas de se tentar efetivar o paradigma da educação inclusiva, no espaço da sala de aula.

Esse novo olhar tem abrangido pessoas com características especiais, como alunos que possuem um menor rendimento acadêmico, em comparação à média. Essa preocupação e consequente comportamento é louvável e completamente justificável dentro dos parâmetros da equidade humana, sendo aliás, essa, a premissa da educação inclusiva. O que deixa, porém, uma certa sensação de desconforto é o fato de, historicamente, existir uma parcela da população escolar que, em geral, não vem sendo incluída com tantos méritos, assim. Ao mesmo tempo em que há um discurso inclusivo na sociedade, é comum observar essas mesmas pessoas defenderem escolas e/ou turmas “especiais”, apartados de outros alunos, muitas vezes tidos por “normais” (o que é normal?), ou rotulando o AEE como “mais um”. Tenho trinta alunos mais um, que é especial, não observam que não existe esse “mais um”, e que são trinta e um alunos, cada qual com suas características, virtudes e dificuldades.

1 INTRODUÇÃO

A educação escolar regular é o princípio fundamental da inclusão (Veja et al., 2014). A educação inclusiva é a nova escola

como entidade integradora e globalizada que bane todos os tipos de barreiras ao acesso à educação, uma vez que, atualmente, o acesso a ela é o direito universal reconhecido nos parágrafos 1º e 2º do artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Portanto, pode-se dizer que a educação inclusiva é garantir a participação de todos os alunos em espaços educacionais adaptados para que todos possam realizar sua aprendizagem. As ideologias sobre educação inclusiva e inclusão têm sido aumentadas na legislação nacional e internacional. O problema da educação inclusiva é importante nas políticas atuais dos governos, apesar dos desafios que coloca para o Estado e para os professores. Em suma, a ideia central é que todo ser humano tenha direito à educação e que visa o desenvolvimento da personalidade e a consolidação do respeito, apesar dos desafios que apresenta. Isso significa que o acesso à educação é o direito universal que muitas pessoas desconhecem e não têm informação ao matricular seus filhos com algum tipo de deficiência ou problema que os indique como o aluno inclusivo em uma escola particular, permitindo-se ser convencido de que o aluno deve ser encaminhado para a escola especial para que ele possa receber a atenção necessária e aprender o que sua capacidade permite. Realização acadêmica e boa interação são os resultados da escola inclusiva.

O problema é o quão difícil a criança com problemas de aprendizagem ou qualquer deficiência que o define como um aluno inclusivo seja aceita por instituições de ensino mesmo que matriculadas, pois aparentemente não são capazes de aprender na velocidade com que seus programas educacionais são desenvolvidos, este ato discriminatório se opõe às ideias atuais de educação inclusiva, que reflete uma Educação Para Direitos Humanos . A educação inclusiva é a oportunidade de proporcionar o direito à educação com igualdade de oportunidades para todos os alunos, a fim de alcançar a aceitação de alguns professores e avanços na prática pedagógica, apesar das indiferenças de muitos deles. Pode-se dizer também que, refere-se ao reconhecimento da diversidade na sala de aula onde alunos com diferenças de habilidades convergem para construir seus conhecimentos através da variedade de formas de interação entre eles e o professor, o que os leva a alcançar o mesmo objetivo.

A situação adversa vivenciada no processo de educação inclusiva se reflete na realidade nacional do Brasil, na qual se trata de uma regulamentação, cujo objetivo é promover a inclusão em todo o processo educacional, que carece de mais vontade para que a verdadeira mudança na educação nacional possa ser iniciada. Atualmente, as instituições de ensino regulares sabem que devem permitir e facilitar não só o acesso, já que está é garantida por lei, mas sim garantir a permanência com qualidade das suas crianças AEE. No entanto, nas instituições privadas de ensino, elas raramente cumprem as diretrizes legais, o que significa que esse processo ainda é ignorado por muitos, uma vez que desfavorece a rentabilidade de seus próprios interesses. Os alunos devem ter acesso à educação independentemente do tipo de deficiência que têm, já que toda criança tem direito à educação de qualidade, embora ainda possa observar a rejeição nas instituições no processo de matrícula e é mais difícil de acordo com o grau de incapacidade que a criança apresenta, este será o fator decisivo no momento da matrícula e quem a acessar enfrentará certas deficiências. Ao longo da História, a responsabilidade econômica pela educação inclusiva foi transferida para instituições que fornecem auxílio a causas altruístas em países de baixa renda, assim como o Brasil, o que foi desmistificado por padrões internacionais como a Declaração de Salamanca, nos anos 1990, e pelo Quadro de Ação para Necessidades especiais de Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que buscam replicar as práticas inclusivas das nações desenvolvidas para o resto dos países do mundo.

2 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A educação para os direitos humanos é essencial para abordar as causas profundas das violações dos direitos humanos, que muitas vezes estão naturalizadas na sociedade. Serve para capacitar as pessoas – e especialmente as vítimas de abuso

– a exigir o pleno respeito pelos direitos humanos.

O que é educação em direitos humanos? A educação em direitos humanos é um processo que qualquer pessoa pode empreender, em qualquer idade e em qualquer lugar, para aprender sobre seus direitos humanos – e os de outras pessoas – e como reivindicá-los. Serve para que as pessoas desenvolvam as habilidades e atitudes necessárias para promover a igualdade, equidade, dignidade e respeito em suas comunidades e sociedades e em todo o mundo.

Com que finalidade é trabalhada a educação em direitos humanos? Acredita-se que a educação em direitos humanos é essencial para abordar as causas subjacentes das violações dos direitos humanos. Ao criar um ambiente propício ao pensamento crítico, damos espaço para que as pessoas reflitam sobre seus próprios valores e atitudes e, em última análise, mudem seu próprio comportamento, é uma oportunidade de despir-se de preconceitos mesmo que estes tenham origem cultural, ou seja, antiga e enraizada. Serve para prevenir abusos dos direitos humanos, combater a discriminação, promover a igualdade e incentivar a participação das pessoas nos processos de tomada de deci-

são.

– A educação em direitos humanos capacita as pessoas a reivindicar seus

direitos.

– Assegura que aqueles que ocupam cargos de poder estejam cientes de suas responsabilidades.

– Ajuda a consolidar o movimento de direitos humanos, estabelecendo conexões entre as pessoas com base em seus valores e capacitando-as a participar da promoção dos direitos humanos em suas comunidades e sociedades e em todo o mundo.

Todos têm direito a informações claras e suficientes sobre direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como acesso à educação. Os governos, por sua vez, devem garantir que todos os cidadãos possam conhecer e aprender sobre seus direitos humanos, conforme estabelecido por múltiplos instrumentos nacionais, regionais e internacionais.

A eficácia é alcançada quando são utilizados métodos de aprendizagem inclusivos, participativos e democráticos que estimulem a liberdade de expressão e análise crítica, e que respeitem os direitos tanto de quem dá o treinamento quanto de quem o recebe. A EDH torna-se assim um processo de empoderamento, uma vez que as metodologias participativas procuram envolver, motivar e aproveitar a capacidade dos alunos para empreender ações individuais e coletivas e para se tornarem agentes de mudança.

3 PROCESSOS EXCLUSIVO E INCLUSIVO NAS ESCOLAS

3.1 A Exclusão Escolar

A educação é um dos direitos humanos fundamentais e constitui um dos pilares mais importantes do bem-estar das crianças, consagrado na Convenção sobre os Direitos da Criança. No entanto, o sistema educacional espanhol apresenta sintomas de segmentação e desigualdade, além de ter uma das maiores taxas de fracasso e abandono no Mundo e ao longo da história no Brasil. Esses dados destacam a incapacidade do sistema atual de garantir o sucesso escolar de todos os alunos.

A exclusão educacional não se refere apenas a questões de acesso, mas está relacionada a uma ampla gama de fatores, como, por exemplo, o financiamento da educação, as características do currículo, a pedagogia ou as relações de apoio entre os diferentes agentes do sistema educacional. Além disso, existem outros fatores sociais e relacionais que intervêm nesses processos de fragmentação, por isso a exclusão educacional não é distribuída de forma homogênea entre a população escolar. Status socioeconômico e cultural, etnia ou gênero são algumas das características que influenciam o desenvolvimento educacional, dificultando a educação igualitária e de qualidade.

Deve-se notar também que os mecanismos pelos quais ocorre a exclusão educacional atuam em diversas áreas, embora essas ações, disposições e atores operem interdependentemente. Essa visão multidimensional que permite classificar os fatores de exclusão educacional é um dos valores adicionados deste relatório, uma vez que permite sistematizar as fontes de exclusão, diagnosticar a situação de diferentes sistemas educacionais e ordenar as propostas de intervenção. Para isso, são analisadas as diferentes situações discriminatórias enfrentadas pelos alunos da Educação Básica, pois é o período em que se localiza a maioria dos processos de desengajamento de estudos.

Desde o século 20 (XX) a exclusão escolar é uma realidade, entretanto

Freitas (2007) afirma que estão surgindo novas formas de exclusão e estas estão sendo implementadas nos sistemas escolares e sobre elas não se têm muito controle e conhecimento. Além disso, o autor afirma que a reprovação é uma antiga forma de exclusão e que agora ela se mostra unida a outras formas de exclusão mais recentes desenvolvidas pelo sistema. “As novas formas de exclusão atuam agora por dentro da escola fundamental. Adiam a eliminação do aluno e internalizam o processo de exclusão” (FREITAS, 2007). Neste sentido, Carvalho (2001) afirma que todos os brasileiros estão imersos em uma sociedade que tem grandes desigualdades étnicas, classe social, sexualidade e gênero, sendo assim a maior parte dos brasileiros estão marcados por essas desigualdades.

A “importância” das características físicas como faculdade na formação de juízos sobre quais discentes podem ser julgadas por seus docentes como sendo educacionalmente menos ou mais decisivos de acordo com suas aparências, podendo inclusive, por intercessão desta categoria, serem alvos de tratos menos ou mais benéficos por parte dos professores. As conclusões errôneas e o que se espera decorrente delas criam e induzem um sistema negligente e com baixos incentivos financeiros por parte do estado ao que se destinam a essas pessoas.

No mundo, até bem pouco tempo atrás, o deficiente foi marginalizado pelos sistemas educacionais: os AEEs eram segregados ou deixados de lado pelo processo educacional, que se baseava no que era mais comum, um movimento excludente que se alinhava pela maioria.

Doravante ao real, criou-se o “aluno-diferente” o que o senso comum entre pessoas fora da área da Educação e inclusive professores tem pelo aluno “mais um” (tenho trinta

alunos mais um, que é especial), com déficits de aprendizado ou até mesmo de sociabilização e que, por esses mesmos motivos eram rotulados como "aquele que é diferente dos demais", "incapaz", "indomável" e com tudo isso tratado com profundas diferenças, que acabavam por marginalizar, quer por fora da escola ou por dentro.

Com naturalidade, os discentes com necessidade de Atendimento Educacional Especial têm a necessidade de que lhes seja ofertadas certo auxílio, de motor a apenas mediação, o que seria o motor de arranque que impulsiona o pertencimento a um conjunto na sociedade.

Com essas pessoas à margem, colocadas lá devido às suas deficiencias, concretiza falta de uma observação e trato organizados pela sociedade e governo, o que sugere atitudes sociais de não crença de que existe a possibilidade de virada na vida dessas pessoas.

Uma ideia pessimista por parte da sociedade, que se fundamenta principalmente na ideia de que o "incapaz", "não eficiente", "invalidado" é uma condição sem mudança, que as carrega a omissão das pessoas referentes aos serviços que visam o atendimento a uma parcela da população, que muitas vezes se enxergam como uns seres invisíveis. É errôneo afirmar que determinado discente não sirva para o estudo, ou seja, não aprende e assim sendo não deve estar presente na escola regular, gerando assim uma seleção basada em preconceitos, sem razão de ser.

É contraditório, as escolas que se dispõem ao acolhimento dos alunos com vantagens em suas aprendizagens têm se mostrado, invariavelmente, ridícula diante do que se espera dela e desses alunos que "aprendem", que insistem em atar os olhos ante a essa já citadas diferenças. Aquelas crianças que se enquadram ao modelo de escola "quadradinha" ou seja, que atende aos anseios das maiorias de direitos não desejam desafios, pois querem um ambiente que prevaleçam aqueles com possibilidades de privilégios perante as dificuldades. Na falta de uma escola onde os alunos se sintam pertencentes a uma comunidade, que tenham objetivos bem definidos, prevalecem aqueles que queiram apenas assegurar metas pessoais.

3.2 A Inclusão Escolar

A Escola que visa incluir e não apartar usa como lastro a ética, as ideias de equidade que por si só já abarcam ações e comportamentos cidadãos e justos, se contrapondo a lógicas preconceituosas de superioridade entre os seres humanos, bastante característicos de uma herança não tão distante que se remete a princípios fascistas, como exemplo.

As discussões referentes a inclusão educacional dos chamados AEEs sugere buscar uma pergunta bastante importante à formação das sociedades, que se dizem modernas: como tratamos das diferenças? Na medida em que avançam as formulações sobre o ensinar/aprender, que motivam outras formulações na educação, chamamos ao reconhecimento e a ser considerado o que é diverso. Mas ainda, o respeito com o que diferente é desprezado.

Segundo Zimmermann (2008) em seu artigo inclusão escolar, ela amplia a participação dos estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. A inclusão trata de uma reorganização e valoração cultural, das nossas práticas e da política vigente no estado e por conseguinte nas escolas. É demolir o ensino regular e reconstruir a partir de novas bases que, embasadas neste atual paradigma educacional, se respeite o diferente com base no humanismo, na democracia, e que se perceba o aquele que aprende ante ao que lhe é singular, sendo o principal objetivo contribuir para que sejam promovidos a aprendizagem e o desenvolvimento individual em meio ao todo.

Dentro das escolas os discentes que têm dificuldades para aprender são observados de modos diferentes, pois existem aqueles que não conseguem se encaixar no ambiente criado na e pela escola, e esses por fim acabam por serem diferentes também.

Segundo Folkis, falar em educação de inclusão implica em se pensar numa escola onde os alunos recebam oportunidades educacionais adequadas às suas habilidades e necessidades; em pensar uma escola da quais todos fazem parte, em que todos são aceitos em que todos ajudam e são ajudados pelos professores, pelos colegas e pelos membros da comunidade, independentemente do talento, deficiência, origem socioeconómica ou cultural. Uma escola de inclusão só existe na medida em que aceitarmos que é preciso tirar proveito das diferenças. A Inclusão Escolar tem um grande percurso a seguir no Brasil.

Stainback (1999) observa que são vários os benefícios da inclusão:

(a) benefícios para todos os alunos, na medida em que, nas salas de aula, todas as crianças se enriquecem por terem oportunidade de aprender umas com as outras, aprendem a cuidar umas das outras e a conquistar atitudes, habilidades e valores necessários para a sociedade apoiar a inclusão de todos os cidadãos;

(b) benefícios para todos os professores, na medida em que eles têm a oportunidade de planejar e conduzir a educação como parte de uma equipe cooperativa, melhoram suas habilidades profissionais e a mantêm-se informados das mudanças que ocorrem em suas áreas e garantem sua participação nas tomadas de decisões;

(c) benefícios para toda a socieda-

de, na medida em que a razão mais importante do ensino inclusivo é o valor social da igualdade, pois que se ensina aos alunos que, apesar das diferenças, todos têm direitos iguais. A inclusão reforça a prática de que as diferenças são aceitas e respeitadas. A questão da inclusão não é um direito que os alunos precisam conquistar. Isto é discriminação. O ensino inclusivo é um direito básico e na escola inclusiva a igualdade é respeitada e promovida como um valor na sociedade e os resultados visíveis são os da paz social e os da cooperação. A escola inclusiva cabe a superação das experiências e padrões do passado, ou seja da segregação e da desigualdade. A idéia tradicional de que pessoas deficientes poderiam ser ajudadas em escolas e instituições especializadas, ambientes socialmente segregados, só serviu para fortalecer os estigmas sociais e a rejeição.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no capítulo V, artigo 59, que trata da educação especial, é explícita em destinar aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais um atendimento educacional que lhes assegure:

-currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica;

-terminalidade específica;

-professores com especialização adequada;

-educação especial para o trabalho;

-acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais complementares;

-ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais.

A educação inclusiva pode ser sintetizada no aceitar, respeitar e promover o que é diferente. Acredita que é possível aprender de modo a independer do que adverso, independente das condições físicas, emocionais, sociais, linguísticas, ritmos de aprendizagem etc.

A escola que inclui se torna desafio constante e perene ao pensar e repensar o pedagógico, e as movimentações que constroem a escola que exigem constantes revisões das "verdades" que envolvem o ensinar, o aprender e até do que é avaliar, que são de onde acabam por emergir as mecânicas das exclusões que ocorrem nas escolas.

A escola precisará ser diversificada ao máximo para ampliar oportunidades de aprendizagem entre aqueles que necessitam do AEE para tornar o conviver entre alunos deficientes ou com déficits de aprendizagem, dos considerados sem barreiras para o aprender.

4 A HISTÓRIA DO MOVIMENTO DE INCLUSÃO ESCOLAR

As políticas inclusivas estão ligadas a uma ação mundial em frentes educacionais em direitos humanos, que podem ser observadas nas Declarações dos Direitos Humanos e na Declaração de Salamanca, uma conferência global inclusão educacional, acesso, permanência e qualidade, em que se estabeleceram princípios políticos e práticas para desenvolver a educação das pessoas com deficiência.

Na elaboração dessa declaração houve a presença de oitenta e oito países signatários que se comprometeram com a Declaração Mundial de Educação para Todos, elaborada em 1990 na Tailândia. Contudo, foi reconhecida nessa ocasião a urgência nas providências a serem tomadas na Educação das crianças no ensino regular, de jovens e adultos e também das crianças deficientes, sendo esta parte do regular.

A inclusão no Brasil e sua política inclusiva assumiu destaque em 1994, reforçada na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), quais sejam: erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade de ensino, formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do país. Nela está expresso o principal valor de apoio à Inclusão, ouseja, o princípio de igualdade, que no seu artigo 5º diz:

todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, liberdade, igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988, p. 7).

Mendes (2002) aponta o século XVI como o ponto de partida da educação especial. A educação especial nasceu com profissionais médicos que desafiaram o conceito vigente até aquele momento e acreditaram nas possibilidades educacionais de indivíduos até então vistos como ineducáveis. Não havia, naquela época, referencial prático ou teórico para orientá-los, eles atuavam com uma relativa liberdade para testar suas teorias. Vale lembrar que esse momento histórico marca o início da separação entre a Filosofia e a Ciência Moderna.

Já avante, no século XX, as escolas especiais dentro das escolas públicas eram o movimento para aqueles alunos que "não aprendiam" nem em casa tampouco nas escolas daquela época. Para Mendes (2002) apenas na metade doséculo XX é que se pôde encontrar uma conjugação dos principais componentes da educação especial: algumas propostas metodológicas de ensino, como organizaçãode serviços educacionais e um referencial teórico conceitual.

Para Aranha (2000, p. 3), existem três paradigmas, sendo:

a) paradigma da institucionalização, que se caracteriza pela criação e manutenção de instituições totais, locais fechados, onde a sociedade obriga que esses cidadãos sejam mantidos, durante toda a vida, segregados, à parte dela;

b) paradigma de serviços, que considera que a pessoa diferente tem o direito à convivência social, mas se submetendo a um processo de mudanças que o levaria a parecer e funcionar, o mais semelhante possível, como os demais membros da sociedade; e

c) paradigma de suportes (ou de apoio), que se fundamenta nos benefícios conhecidos provenientes do convívio na pluralidade, com ganhos em

desenvolvimento pessoal e social. sócio-politicamente, esse paradigma se apóia no princípio democrático da igualdade.

Para Sassaki (1997), a exclusão, nesse caso, ocorria num sentido total, pois as pessoas portadoras de alguma deficiência não eram admitidas pela sociedade para realizarem qualquer atividade. Nesse período, as pessoas com deficiência eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes de trabalhar. Em algumas culturas, as pessoas com deficiência eram eliminadas. Em outras, eram internadas em instituições de caridade, junto com os doentes e idosos. Essas instituições serviam para dar abrigo, alimento, medicamento e programar algumas atividades para ocupar o tempo ocioso.

A escola era o local onde a sociabilização ocorreria quase que de fato, principalmente para os deficientes com menor comprometimento. Houve um aumento significativo das classes especiais, com métodos de ensino diferentes que "contemplavam" as necessidades estabelecidas para a época, alguma autonomia e boa convivência.

Posteriormente, segundo Mendes (2002), na década de 1970, ocorreu uma mudança filosófica em relação à educação integrada onde as escolas comuns passaram a aceitar a ideia de incorporar os alunos com deficiência em classes comuns ou, ao menos, em classes especiais ou salas de recursos, em ambientes menos restritivos. No campo das propostas educacionais, surgiu uma estrutura paralela embasada no sistema de cascatas de provisões de serviços.

Ainda de acordo com Sassaki (1997), esta ideia foi confundida com transformar as pessoas com deficiência em normais, pois só era possível se integrar aquele aluno que conseguisse se adaptar à classe comum, portanto sem modificações no sistema escolar, sendo que aqueles que não conseguissem se adaptar, ou acompanhar os demais alunos, eram excluídos.

De acordo com Mendes (2002), o sistema de cascata foi criticado após a constatação de dois fatos: primeiro, a passagem de crianças com deficiência ou dificuldades de aprendizagem de um serviço mais segregado a outro mais integrador, dependia unicamente de seu progresso. Segundo, essas mudanças quase não aconteciam. Esses dois fatos comprometiam os pressupostos da integração escolar.

Para Sassaki (1997), a prática da integração social teve maior impulso a partir da década de 80, com o surgimento da luta pelos direitos das pessoas deficientes.

A sociabilização, segundo esse mesmo autor, tinha e tem o mérito de inserir o deficiente na sociedade, desde esteja capacitado para superar as barreiras físicas e sociais que lhes estão impostas.

A sociabilização ocorre de três modos:

- pela inserção das pessoas com deficiência que conseguiram, por méritos pessoais, utilizar os espaços físicos e sociais, ou seja, sem nenhuma modificação por parte da sociedade;

- pela inserção de pessoas com deficiência, em ambientes separados dentro dos sistemas gerais;

- pela inserção daqueles portadores de deficiência que necessitavam ou necessitam algumas adaptações específicas no espaço físico comum, pois só então poderão estudar trabalhar, ter lazer, ou seja, conviver com pessoas não deficientes (SASSAKI, 1997, p. 32,35)

Essas sociabilização nas discussões de Sassaki (1997), não satisfazem plenamente os direitos das pessoas com deficiência, pois exigem pouca modificação de atitudes da sociedade, de espaços físicos, de objetos e de práticas sociais e tudo é exigido do portador de deficiência diferentemente da inclusão social, onde o processo é realizado pela sociedade que se adapta para incluir, em seus sistemas sociais gerais, as pessoas com necessidades especiais. Simultaneamente, essas pessoas se preparam para assumir seus papéis na sociedade, constituindo- se, assim, um processo bilateral onde as mesmas, ainda excluídas, e a sociedade buscam equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos.

Partindo do principio que a inclusão pode contribuir para uma nova construção de um modelo social que por meio de transformações pequenas e grandes, nos ambientes e na mentalidade das pessoas, incluindo os deficientes. Essas mudanças têm se caracterizado por uma história de lutas sociais, empreendidas pelas minorias e seus representantes, na busca de seus direitos ao acesso de recursos e serviços.

4.1 Educação inclusiva: o que vem pela frente?

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que con-

siga ser comum e válida para todos os alunos das classes escolar, capaz de atender os alunos cujas situações pessoais características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas. (BEYER, 2006, p. 76).

Pode-se afirmar que o desafio inicial é o de vencer o preconceito social. Para Beyer (2006), pessoas com necessidades especiais mencionam que o maior desafio é o sentimento de rejeição explícita ou mascarada sob a forma de tolerância. Esclarecimentos acerca do sentido e significado da inclusão têm sido outro desafio, considerando os equívocos e as omissões a respeito. O conceito de educação inclusiva deve ser amplamente divulgado para que a sociedade adquira esse conhecimento e perca essa ideia preconceituosa.

Os investimentos escaços para se construir uma escola adaptada à inclusão, sem barreiras, é outro grande desafio a ser vencido. De acordo com as necessidades educacionais especiais de cada criança, a escola deve ter, entre muitos outros materiais, rampas, computadores específicos e individualizados e mobiliários para a sala de aula.

Uma outra dificuldade que se apresenta parte de alguns professores que já trabalham com a educação inclusiva e apontam que a demora nos diagnósticos da criança ou principalmente a ausência de um, que leva experimentações de uma gama de recursos para intuir os que melhor se adaptam.

Bueno (1999) assinala que um ensino de qualidade para crianças com necessidades especiais, na perspectiva de uma educação inclusiva, envolve pelo menos, dois tipos de formação profissional docente: professores “generalistas” do ensino regular, com um mínimo de conhecimento e prática sobre alunado diversificado; e professores “especialistas” nas diferentes “necessidades educacionais especiais”, quer seja para atendimento a essa população, quer seja para apoio ao trabalho realizado pelos profissionais de classes regulares que integrem esses alunos.

O trabalho docente com os AEEs nos dias atuais devem juntar o profissional e o intelectual, então temos que reelaborar conhecimentos. Deste modo, as competências têm de ser exploradas com o intuito da elaboração, da definição, da interpretação dos currículos e com projetos que visem a profissionalização, valorização e identificação do docente (PIMENTA, 2002, p. 131-132).

A movimentação pela Inclusão é global. Nós temos segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística cerca de 45 milhões de pessoas com alguma deficiência, cuja grande parte está a espera de uma oportunidade para experimentar a vida, gozando de seus direitos.

Sendo assim, precisamos de uma nova configuração escolar, que reflita com criticidade e pesquise. Um lugar não se amedronte ao arriscar, corajoso o suficiente para criar e questionar o status quo, que busque caminhos de inovação, e que responda como se deve aos intentos da Inclusão.

Então, como atuar numa escola inclusiva? Compreendendo o aluno AEE e respeitando-o na sua diferença, mas sobretudo os seus pontos fortes, que no mais grave dos comprometimentos pode estar ali dentro de um simples sorriso. Que abandonemos rótulos, classificações, rankings etc.

A Educação Inclusiva no Brasil ainda está em fase de transição, e até aqui pode ser visto como um grande salto na Educação Brasileira Regular, já por lei, quando recomenda a matrícula do aluno deficiente no sistema público regular.

4.2 O que devemos trilhar em busca da inclusão?

A caminhada é longa e cheia de obstáculos, que devemos superar. Os docentes e gestores devem ser as ferramentas das engrenagens inclusivas, que vão transformar as intenções nas ações necessárias, no atendimento dos alunos deficientes.

Nos últimos anos, uma grande produção de trabalhos referentes à inclusão escolar foi propulsora de muitos avanços e propostas de início para os trabalhos, estes trabalhos direcionados aos professores em sua formação ou fomarção continuada. Os professores deparam-se com turmas muito cheias e invariavelmente com estudantes que apresentam déficits de aprendizagem. Sendo assim, Alarcão aponta:

Na escola todos são atores, mas os professores são atores de "primeiro plano" e, consequentemente, devem-se intensificar os esforços para que lhes sejam garantidas as orientações necessárias ao exercício da profissão docente e que, por outro lado, os professores tomem consciência da sua própria profissionalidade em termos individuais e coletivos (ALARCÃO, 2001 p.15).

Sobre a formação dos docentes, é importante entender que a separação, o pré-conceito e a discriminação, que historicamente caminha com fracasso escolar dos AEEs,não vão ter solução se só forem colocadas nas turmas da escola regular. Assim, ao contrário de aliados em busca de metas, acabamos por encontrar resistências, o que resultará em mais um propulsor para a exclusão escolar.

Para Morina (2004) a inclusão pode ser definida como um modelo de educação que propõe escolas aonde todos possam participar e sejam recebidos como membros valiosos das mesmas. Trata-se de uma filosofia e prática educativa que pretende melhorar a

aprendizagem e participação ativa de todo o alunado em um contexto educativo comum. A educação inclusiva se concebe como um processo inacabado que desafia a qualquer situação de exclusão, procurando mecanismos para eliminar as barreiras que obstaculizam uma educação para todos.

Segundo Granemann (2005), essa proposta de educação também implicará em uma nova postura da escola, que deverá propor, no projeto pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores, ações que verdadeiramente favoreçam a integração social e a opção dos agentes educativos por práticas heterogêneas e atentas à diversidade existente na escola. Além dessa interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, esse processo busca uma pedagogia que se amplie frente às diferenças do alunado. É um novo paradigma que desponta em defesa da ideia de viver a igualdade na diferença, integrar na diversidade.

Conforme Granemann (2005) é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum ou válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes alimentadoras dos indesejáveis estigmas. Ao contrário, pondo em andamento na comunidade escolar, uma conscientização crescente acerca dos direitos de cada um.

Sendo assim se faz necessária uma escola que saiba flexionar de modo crítico e pesquisador.

A educação sempre foi um meio de emancipação cultural e intelectual, os seres humanos se utilizam dela para sua autonomia de aprendizagem e para manutenção de suas vidas acadêmicas ou não, e com isso surgem os problemas de aprendizagem em qualquer ambiente, mas são mais evidentes no escolar. Pais e escola buscam o auxílio dos profissionais que trabalham com essas sintomatologias dos problemas relacionados à aprendizagem humana, que são os psicólogos, psicopedagogos, neuropsicólogos e os neuropsicopedagogos. A possibilidade da atuação profissional do neuropsicopedagogo e a integração de fato dele no ambiente escolar é uma maneira avançar na Educação. A Neuropsicopedagogia é uma área de atuação relativamente nova, que visa trabalhar problemas relacionados à aprendizagem humana e seu desenvolvimento cerebral, de um modo geral, e principalmente no campo das deficiências e transtornos para efetiva Inclusão Escolar, pois torna possível a antecipação das verificações com embasamentos sobre possíveis barreiras no caminho da aprendizagem, sendo o ponto de partida para que os estudantes sejam encaminhados para a análise de profissionais de áreas multidisciplinares para investigação dos casos e suportes necessários para a derrubada das barreiras que impedem o desenvolvimento do aluno.

5 O PAPELDO GESTOR ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA

Sage (1999, p. 129), faz uma análise entre o gestor escolar e a educação inclusiva, e reconhece que a prática dessa educação requer alterações importantes nos sistemas de ensino e nas escolas. Para o autor, os gestores escolares são muito importantes neste processo, pois lideram e mantém a estabilidade do sistema. Segundo ele as mudanças necessárias para a construção da escola inclusiva envolvem vários níveis do sistema administrativo: secretarias de educação,

organização das escolas e procedimentos didáticos em sala de aula, sendo assim o papel do diretor é de importância vital em cada nível, e diferentes níveis de pessoal administrativo estão envolvidos.

Conforme Sage (1999), o primeiro passo é construir uma comunidade inclusiva que englobe o planejamento e o desenvolvimento curricular, o segundo é ter uma equipe preparada para trabalhar de maneira cooperativa e compartilhas seus saberes, o terceiro passo esta na criação de dispositivos de comunicação entre a comunidade e a escola, e o quarto passo seria ter mais tempo disponível para refletir sobre a pratica desenvolvida.

O papel do diretor em provocar mudanças necessárias do sistema em cada nível (o setor escolar central, a escola e cada turma) é essencialmente um papel de facilitação. A mudança não pode ser legislada ou obrigada a existir. O medo da mudança não pode ser ignorado. O diretor pode ajudar os outros a encararem o medo encorajar as tentativas de novos comportamentos e reforçar os esforços rumo ao objetivo da inclusão (SAGE, 1999, P. 135).

De acordo com (SANT'ANA, 2005) Para obter-se êxito na proposta de uma educação inclusiva, é necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento dos programas a serem implementados, docentes, diretores e funcionários apresentam papeis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolarseja efetivada nas escolas.

Na afirmativa da autora cabe ao gestor escolar tomar as medidas administrativas necessárias para que se implemente um projeto educacional inclusivo.

Diante da orientação inclusiva, as funções do gestor escolar incluem a definição dos objetivos da instituição, o estimulo a capacitação de professores, o fortalecimento de apoio às interações e a processos que se compatibilizem com a filosofia da escola (SANT'ANA, 2005, P. 228).

O gestor escolar deve entender o co-

nhecimento como um processo de construção e não como um produto, daí a escola vir a ser um lugar de ampliação do saber que o aluno trás de casa. A escola precisa prover meios para que o aluno consiga vencer as suas limitações e ampliar sua capacidade de comunicação e de vivência em sociedade. Diante do exposto, pensamos que o gestor escolar não deve intimidar-se com os problemas que surgirão no seu trilhar, são dificuldades que com muito cuidado e convicção vão sendo acompanhados.

Prieto (2002), afirma que os gestores devem concentrar esforços para efetivar a proposta de educação inclusiva, que no Brasil so será realidade quando as informações, os recursos, os sucessos e as adaptações inter-relacionarem as esferas federais, estaduais e municipais, proporcionando um relacionamento intenso entre União, Estados e municípios.

Acredita-se que hoje os gestores devem ser profissionais comprometidos em atender às diversidades dentro de suas singularidades, buscando a formação integral do indivíduo e com a formação do cidadão, apto a exercer cidadania. Cabe aos gestores acompanharem e proporcionarem de perto o desenvolvimento integral dos educandos, buscando promover por um lado às conquistas individuais e coletivas e por outro lado, trabalhar com o conhecimento das diferenças individuais e o respeito por elas por meio de discussões, reflexões, interação com a família, comunidade, corpo docente e os demais no processo educativo.

Carvalho (2004, p. 29) aponta alguns dos caminhos para a construção da escola inclusiva: valorização profissional dos professores, aperfeiçoamento das escolas e do pessoal docente, utilização dos professores das classes especiais, trabalho em equipe, adaptações curriculares. Em suas palavras:

As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda as diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos. Sob essa ótica, não apenas portadores de deficiência seriam ajudados e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresente dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento (CARVALHO, 2004, p. 29).

Ao bom administrador compete envolver o grupo que dirige não só na execução mais também no planejamento ou programação, e na avaliação das atividades desenvolvidas. Sua posição enquanto líder influência todas as pessoas que gere na escola, sendo que a sua versatilidade e sua habilidade irão direcionar a qualidade e o desempenho do seu pessoal.

Neste cenário, a escola torna-se responsável por todos educandos, e não apenas por alunos regulares ou os ditos “especiais”, integrando-os ao trabalho com especialistas e toda a equipe. É importante ressaltar que o novo traz receios, e o gestor deve estar atento à este temor, encorajando todos o participantes do processo de inclusão à uma busca de novas práticas, apoiando o corpo docente para a aquisição de uma atitude inclusiva respeitando sempre a individualidade de cada um.

A UNESCO, através da Declaração de Salamanca afirma:

Administradores locais e diretores de escolas podem ter um papel significativo quanto a fazer com que as escolas respondam mais às crianças com necessidades educacionais especiais desde de que a eles sejam fornecidos a devida autonomia e adequado treinamento para que possam fazê-lo. (...) Uma administração escolar bem sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores e do pessoal e do desenvolvimento de cooperação efetiva e de trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos estudantes.

Rodrigues (2006, p. 306) afirma ser um desafio ao exercício da profissão do diretor a proposta de educação inclusiva, pois este profissional não é um técnico (no sentido de aplicar técnicas normalizadas e previamente conhecidas), um funcionário (que executa funções enquadradas por uma cadeia hierárquica previamente definida). A profissão de gestor escolar exige imensa versatilidade, dado que se lhe pede que aja com grande autonomia e seja capaz de delinear e desenvolver planos de intervenção com condições muito diferentes.

Fundamentada à luz das neurociências e atrelada à Pedagogia e à Psicologia Cognitiva, a Neuropsicopedagogia é uma ciência transdisciplinar que prima pela integração pessoal, social e educacional humana. Nesse contexto a escola é um ambiente privilegiado de troca, conformação de identidades e aprendizagem. Por isso, não é possível subestimar o papel e a necessidade atual e futura da Neuropsicopedagogia no ambiente escolar; afinal, ela tem se mostrado competente para relacionar saberes, que vão desde os mais diversos comportamentos, pensamentos, emoções e movimentos, e, principalmente, sua efetividade ao fornecer melhorias na qualidade de vida do indivíduo.

6 CONSIDERAÇÕES

Para um ambiente escolar inclusivo se faz necessário que os gestores atuem de modo a articular o processo Educacional, intuindo que a sua organização deve buscar atingir maior diversidade de ações pedagógicas que tornem possível a construção desses espaços inclusivos, acessíveis a todos.

Necessário que todo gestor tenha em mente que a escola só será espaço de acolhimento e fomentadora dos processos de aprendizagem a partir de um processo educativo que se comprometa com a inclusão, especificamente dos alunos com necessidade educacionais especiais, se tornando uma escola aberta e democrática.

Nesse contexto de realidade a escola é um ambiente de trocas, com formação de identidades e aprendizagens. Por isso, não se supõem ser possível subestimar o papel e a necessidade atual e futura da Neuropsicopedagogia no ambiente escolar, pois ela tem se mostrado competente para relacionar saberes, que vão desde os mais diversos comportamentos, pensamentos, emoções e movimentos, e, principalmente, sua efetividade ao fornecer melhorias na qualidade de vida do indivíduo.

Diante do fato de ser uma ciência relativamente nova, estruturar a inserção do profissional neuropsicopedagogo na realidade escolar, haja vista não termos números sobre a quantidade dos profissionais à disposição e na questão do encaixe das verbas para implementação e com quais outros orçamentos já fechados essa implantação disputará os recursos, o que deixa aberta a possibilidade de expansão desta ainda pequena pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. Escola reflexiva e nova racionalidade. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ANTUNES, C. Inclusão: o nascer de uma nova pedagogia. São Paulo: CirandaCultural. 2008.

ARANHA, M.S.F. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, E. J. (Org.).Educação Especial: temas atuais. São Paulo: Marilia, 2000.

BAPTISTA, C.; BEYER, O. H. et al. Inclusão e escolarização: múltiplasperspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BEYER, O. H. Da integração escolar a educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. et al. (Orgs.). Inclusão e Escolarização: múltiplas perspetivas: Porto Alegre: Mediação, 2006.

BOSSA, N. A Psicopedagogia no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2004.

. Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Ministério da Justiça/ Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 2. ed.,1997.

. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. MEC: SEESP, 2001.

. /MEC/SEESP. Política de Educação Especial. Brasília, 1994.

. Ministério da Educação e do Desporto. Plano Decenal de Educação Para-Todos. Brasília, DF, 1993.

.Ministério da Educação e da Cultura. Lei n. 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

BUENO, J.G.S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? Disponível em

http://www.educacaoonline.pro.br//art_criancas_com_necessidades_ee.asp>

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, M. P. Estatísticas de desempenho escolar: o lado avesso.

Educação &sociedade, nº 77, p.20, dez. 2001.

CLASTRES, P. A sociedade contra o Estado. São Paulo: Francisco Alves, 1990.

DUBET, F. A escola e a exclusão. Disponível em <http:// ww

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Centro Brasileiro para a infância e Adolescência. Ministério da Ação Social. Brasília, 1990.

FREITAS, L. C. de, Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior daescola e a ocultação da (má) qualidade do ensino.

MACEDO, L. Fundamentos para a educação inclusiva. Disponível em:<[http://www.educacaoonline.com.br>.

MEIRIEU, P. A pedagogia entre o dizer e o fazer: a coragem de começar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MENDES, E. G. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. C. F. (Orgs) Escola Inclusiva. São Carlos: UFSCAR, 2002.

MILLOT, C. Freud, anti-pedagogo. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

MORIÑA, A. Teoria e prática da educação inclusiva. Archidona: Cisterna, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração dos Direitos das Crianças, 1959.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. ONU BR. Transformando